

**A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS  
E REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS  
NA CONFIGURAÇÃO DA COMUNIDADE DE FALA  
DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)**

Daniilo da Silva Santos (UFOB)

[daniilo.cte@hotmail.com](mailto:daniilo.cte@hotmail.com)

Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)

[adavgvstvm@gmail.com](mailto:adavgvstvm@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho considera a importância das redes de relações sociais, ou mercado linguístico, no estudo da variação linguística no uso da concordância verbal na terceira pessoa do plural ou P6, no português popular urbano de Vitória da Conquista (BA). A fim de verificar se a aplicação da regra de concordância entre sujeito e verbo constitui um fenômeno de variação estável ou mudança em curso no sentido da aquisição à regra, esta análise do *corpus* do PPVC - Português Popular de Vitória da Conquista, objetivou mensurar a importância do mercado linguístico ante o índice encontrado de apenas 17,2% de aplicação da concordância verbal em P6 pelos indivíduos desta comunidade.

**Palavras-chave:** Sociolinguística. *Networks*. Português popular

**1. Introdução**

O processo de urbanização no Brasil, país que até metade do século XX era considerado predominantemente rural<sup>7</sup>, se deu de forma tardia e desordenada.

Como reflexo desse processo, cidades foram alçadas à condição de *urbs* sem trazer consigo os elementos próprio da *urbanitas*, em outros termos, as cidades pouco se diferenciavam dos meios rurais de onde emergiram.

Além disso, as dificuldades de fixação do homem no campo levaram-no, ao longo da história da humanidade, a buscar, no meio urbano, condições de sobrevivência. No caso do Brasil, os migrantes de origem rural, especialmente aqueles que desenvolviam atividades próprias do

---

<sup>7</sup> Para maior aprofundamento da questão sugerimos a síntese feita por Maurício Abreu (2011) em "Sobre a memória das cidades" que faz parte do livro *Produção do Espaço Urbano* organizado por Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Sousa e Maria Encarnação Beltrão Sposito.

campo, ao se descolarem para as cidades, permaneceram, na maioria das vezes, à margem do sistema de produção, caracterizando aquilo que definiu Ana Fani Alessadri Carlos (2007) a combinação entre a morfologia urbana e a morfologia social, em que fluxos são estabelecidos a partir de redes sociais e culturais no movimento dos “sujeitos sociais”. É oportuno destacar a interpretação de Sposito sobre tal afirmação de Carlos (2007):

Na escala da cidade, a economia política estabelece-se, gerando estruturas espaciais mais complexas e possibilitando [...] o acesso à cidade pela propriedade; a alguns, revelando as desigualdades socioespaciais e, a outros, a busca de formas de apropriação de seus espaços, mostrando, em práticas socioespaciais, como se conformam as diferenças. (SPOSITO, 2011, p. 132)

Tal visão nos ajuda a compreender como a formação de núcleos urbanos reflete ou perpetua desigualdades oriundas do campo, perpetuando, também, valores atávicos, os quais vão paulatinamente se adequando à nova realidade cidadina.

## **2. Urbanização e movimentos migratórios no Sudoeste da Bahia**

Se partirmos para estudos realizados no âmbito da sociolinguística, destacando aquele ramo denominado de Sociolinguística Interacional, veremos que a urbanização recente e tardia está ligada, também, ao fenômeno da mobilidade geográfica<sup>8</sup>. Torna-se oportuno, então, questionar: qual o papel da migração rural-urbano nas relações sociais e culturais no interior do estado da Bahia?

Temos que reconhecer o mérito dos estudos realizados pela pesquisadora Bortoni-Ricardo (1989) a qual salienta que em 1890, o Brasil tinha mais de quatorze milhões de habitantes dos quais apenas cerca de 7% viviam na cidade. Nesse sentido, assevera a pesquisadora que desde então pode-se verificar uma tendência ao “esvaziamento do campo e aumento das massas urbanas”. (BORTONI-RICARDO, 1989, p. 70)

É a partir de um processo iniciado na década de 1980 que passaremos a observar, na formação da sociedade brasileira, índices negativos quanto ao crescimento anual da população rural, implícitos já no quadro apresentado por Bortoni-Ricardo. Por outro lado, essa distribuição percentual não revela que algumas cidades, assim consideradas com tais, es-

---

<sup>8</sup> Precisamos ver o espaço geográfico com sua relação e com sua destruição econômica, visto que os processos migratórios são motivados por tentativas de “mudança” na condição de vida.

tavam distantes de representar espaços urbanos por excelência.

Década	Índice de População Urbana
1920	10,7%
1940	31,16%
1950	36,16%
1980	67,60%

**Tabela 1 – Dados percentuais do crescimento da população urbana no País, ao longo do século XX, comparativo década e percentual. Fonte: Bortoni-Ricardo (1989).**

Dados extraídos do IBGE (2007) dão conta do crescimento populacional urbano, fazendo com que agentes sociais que desenvolviam atividades agrárias passassem a se deslocar para um meio urbano, adaptando-se às novas condições e, certamente, aos novos padrões sociais e linguísticos agora vivenciados.

Período	População Rural	População Urbana
1950	1,6	3,91
1960	1,55	5,15
1970	0,57	5,22
1980	-0,62	4,44
1991	-0,67	2,94
2000	-1,31	2,47

**Quadro 1 – Taxa de crescimento anual da população brasileira, século XX, de 1950-2000. Fonte: IBGE, 2007<sup>9</sup>**

Segundo Girardi, em seu estudo sobre a situação agrária no Brasil (2007), a população brasileira deixou de ser predominantemente rural em algum momento situado entre o período 1960-1970, em consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil que teve início a partir da década de 1960.

Oliven (1982), observando o censo de 1970, considera que nesta década um terço da população brasileira já não residia em seu local de nascimento. Em 1940, a população urbana estaria por volta de 31,24% de nosso total populacional. Por outro lado, em 1950, tal índice representaria 36,16%, indo para 44,67% em 1960. Entre 1970 e 1980, haveria alteração de 55,92% a 67,59%. Até o ano 2000, a população urbana representaria 81,23% do total da população brasileira conforme dados extraídos das “Estatísticas do século XX”, edição de 2007. O mesmo docu-

<sup>9</sup> IBGE, Censo demográfico 1950/2000. Até 1991, tabela extraída de: *Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, IBGE: 2007* no Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1994, acesso em 08 de agosto de 2012.

mento dá conta de que a população urbana em 2007<sup>10</sup> chegou a 83,48% do total da população brasileira.

Já no último senso, de 2010, o IBGE registra um índice de população urbana de 84,35%, ficando a população rural, numa perspectiva geral, num índice de 15,65%. Isso se deu ao lado do crescimento vertiginoso da população que alcança em 2010 o número de 190.732.694 habitantes, distribuídos de forma bastante irregular sobre um território de 8.547.404km<sup>2</sup>, onde a língua portuguesa é amplamente majoritária. Nesse contexto, é ainda notável como, num ativo processo migratório onde a taxa de crescimento da população urbana supera o índice de crescimento populacional, o *continuum* dialetal ainda conserva o contraste entre as variedades rurais estigmatizadas e a variedade urbana padronizada.

Se pesquisadores como Bortoni-Ricardo já percebiam o quadro que se configurava até a década de 1980, diante dos números atuais podemos constatar que a vida e a cultura no Brasil realmente vêm sendo profundamente alteradas desde o século passado. Surpreendentemente, a linguística tem passado ao largo da questão, debruçando-se ainda pouco sobre estudos sociolinguísticos que contemplariam o fenômeno de transformação dos dialetos rurais brasileiros em variedades urbanas. (BORTONI-RICARDO, 1989, p. 167)

Silva (2005, p. 38) lembra que no âmbito das ciências sociais a diferenciação entre urbano e rural coloca em jogo duas realidades mais complexas do que possam parecer ao senso comum. O autor retoma a definição apresentada pela *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000*, publicação do IBGE, em que se observa que a distinção entre rural e urbano é definida por critérios econômicos e espaciais, por levar em conta as atividades desenvolvidas pelos diferentes agrupamentos humanos e a capacidade de oferecer sustentabilidade. Deste modo, Silva (2005) acredita que o critério utilizado para classificação não é claro, podendo levar a divisões influenciadas por forças políticas<sup>11</sup>.

No livro *Cidades Imaginárias* (2002), o pesquisador José Eli da

---

<sup>10</sup> IBGE, Censo demográfico 1940-2007. Acesso em 08 de agosto de 2012.

<sup>11</sup> Silva (2005) nos informa que a comunidade de Morrinhos, um dos locais onde desenvolveu sua pesquisa de campo, encontrava-se, no século XIX, em situação mais próxima de um ideal urbano; no entanto, foi Poções que recebeu o título de cidade por questões meramente políticas. Logo, a elevação de Poções à categoria de área urbana se daria por questões históricas, políticas e não geográficas ou econômicas.

Veiga, analisando o mesmo Censo de 2000, contesta os critérios equivocados empregados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo ele, o equívoco na metodologia censitária teria origem em um decreto do Estado Novo, de 1938, que considera como área urbana toda sede de município ou distrito, desconsiderando o tamanho e as características das atividades produtivas de sua população.

Veiga afirma que se tomássemos como base parâmetros de classificação mais adequados, como o da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina que para um município ser considerado urbano teria que apresentar uma densidade demográfica de 150 habitantes/km<sup>2</sup> e uma população não inferior a 50 mil habitantes, o número de 5.507 municípios brasileiros considerados urbanos no censo de 2000 cairia para 411. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 92)

Município	População: Estimativa 2004	População: Estimativa 2009	População: Censo de 2010
Anagé	24.492	25.262	25.500
Barra do Choça	47.295	31.527	34.788
Belo Campo	19.376	15.185	16.026
Boa nova	24.155	15.427	15.409
B. Jesus da Serra	10.644	10.588	10.123
Caatiba	18.484	9.450	11.448
Caetanos	14.318	12.307	13.666
Cândido Sales	26.727	27.180	27.918
Dário Meira	16.102	12.331	12.841
Ibicuí	14.869	11.800	15.786
Iguaí	26.237	29.449	25.724
Manoel Vitorino	16.539	14.138	14.390
Mirante	16.476	8.375	10.512
Nova Canaã	24.155	20.311	16.727
Planalto	20.774	22.151	24.497
Poções	47.486	46.390	44.760

**Quadro 2 - Dados numéricos da população de municípios da Região Sudoeste da Bahia, com base em critérios do IBGE. Fonte: IBGE**

Ademais, informações veiculadas pelo Censo de 2010 dão conta de que no Estado da Bahia, 29,6% da população vive no campo. Contudo, se considerássemos o critério da OCDE, observaríamos municípios vizinhos a Vitória da Conquista, cuja média populacional não ultrapassa os 30 mil habitantes<sup>12</sup>. Nesses municípios, o Censo de 2010 indicou uma

<sup>12</sup> Entre os 17 municípios que fazem parte da microrregião de Vitória da Conquista, apenas os municípios de Poções e Barra do Choça ultrapassam o número de 30.000 habitantes e poderiam ser considerados centros urbanos nos termos da OCDE.

considerável diminuição na população, como demonstrado no Quadro 4 aimara.

Nos últimos anos em Vitória da Conquista, a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, num índice de 1,57% ao ano, passando de 262.585 para 306.866 habitantes. Essa taxa foi superior à média de 0,70% ao ano, registrada no Estado da Bahia, e superior aos 1,08% ao ano da Região Nordeste.

Não é possível dissociar o crescimento da população conquistense ao êxodo observado nos municípios da microrregião, porém é difícil analisar se esse novo contingente populacional advém de áreas urbanas (menos desenvolvidas) ou rurais (pertencentes ao município). Diante da realidade brasileira, onde as fronteiras entre o rural e o urbano ainda não foram claramente delimitadas, com raras áreas agrícolas isoladas<sup>13</sup>, a noção de um *continuum* se aplicaria adequadamente dados os pontos em comum e ao contraste observado entre sociedades rurais e urbanas no Brasil, pressupondo ou não um processo de transição.

Apesar de tênues, os limites entre as definições dos espaços “rural” e “urbano” no Brasil merecem uma devida revisão. Bortoni-Ricardo (2011), comenta que as variedades do português brasileiro poderiam, para fins de análise, serem observadas considerando um contínuo dialetal que vai, em um extremo, de um vernáculo extremamente estigmatizado caracterizado pelos falares rurais mais isolados, ao outro, da norma de prestígio, representada pela variedade urbana padrão (p. 21). Para a autora, as variedades que se distanciam da norma padrão bem poderiam ser denominadas como “rurbanas”, sendo esses falares rurbanos a norma popular usada pelas classes mais baixas cujos falantes, não alfabetizados ou semialfabetizados, apesar de viverem nas cidades possuem geralmente antecedentes rurais.

Silva (2005) acredita que as definições dos espaços rural e urbano poderiam ser explicadas, dentre outros pontos de vista, por elementos balizadores das diferentes formas de interação social, apuradas as atividades desenvolvidas por homens do campo e da cidade, e considerando duas formas de contatos interacionais: o contato *primário* (face a face) e o contato secundário (através de jornais, televisão, rádio, telefone etc.).

---

<sup>13</sup>Solari (1968, p. 13-29) acredita que no caso dos países em desenvolvimento não apresentam uma bipolarização constatada em países como os Estados Unidos, onde as metrópoles contrastam com áreas agrícolas isoladas.

Nas cidades, as interações são mais frequentes de forma involuntária, com a verificação, também, de forma voluntária, mesmo que prejudicadas do ponto de vista qualitativo. No campo, a rede de relações é mais reduzida, embora os contatos primários sejam relativamente mais fortes. [...] No meio urbano, há predominância dos contatos secundários, cada vez mais frequentes e rápidos disseminados como formas de apreensão das diversas realidades vividas na cidade. No meio rural, os contatos são mais diretos, menos parciais. [...] (SILVA, 2005, p. 42)

Além disso, Silva (2005) considera que, nas cidades, os contatos se dão num ambiente de diferenças culturais, em que estratificados grupos sociais realizam contatos menos diretos e mais parciais. Em outros termos, também considerando a diversidade das relações culturais, já apontadas em pesquisas como a de Oliven (1982), Bortoni-Ricardo (2011), debruçando-se sobre a questão das trocas linguísticas<sup>14</sup>, destaca que as relações que ocorrem nessas comunidades mistas, sujeitas à pressão normativa, poderiam ser avaliadas usando-se três parâmetros: a *densidade*, a *multiplexidade* e a *complexidade* dos papéis sociais.

Bortoni-Ricardo considera que a noção de *densidade* está relacionada à noção de *completeza*, isto é, no número de relações que efetivamente existem comparados à proporção do número máximo de ligações que poderiam existir:

Em comunidades pequenas e tradicionais, onde todo mundo conhece todo mundo, a densidade é alta; nas grandes cidades, por outro lado a densidade é baixa. Aliada à alta densidade ocorre multiplexidade, ou seja, as pessoas se relacionam em diversas condições com vizinhos, parceiros no trabalho, lazer etc. Em baixas densidades os laços costumam ser “uniplex” e não “multiplex” (BORTONI, 20011, p. 94)

Como exemplo de relações “uniplex”, Bortoni-Ricardo cita as estabelecidas entre patrão e empregados, médico e paciente, comuns nas sociedades urbanas e tecnologicamente desenvolvidas. Dessa forma, Bortoni-Ricardo, baseando nos estudos antropológicos e sociolinguísticos desenvolvidos por Labov (1972) e Milroy (1980), busca nos estudos acerca das redes de interação (*networks*) uma forma de compreender co-

---

<sup>14</sup> Para Bortoni-Ricardo, essa nova configuração social, da relação urbano-rural, proporcionou não apenas o aumento da população estudantil, mas, acima de tudo, a diversidade da clientela nas escolas. Diante desse novo quadro, Bortoni-Ricardo defende que a escola não se cuidou ainda de repensar, ou elaborar, mais realista e adequada a essa clientela que abrange a classe trabalhadora e os segmentos considerados marginais ao sistema de produção. Desde 1985, Bortoni vem explorando a questão ao lume da aplicação do modelo de análise em redes à sociolinguística do português brasileiro.

mo procedem as tendências à conservação ou assimilação da língua padrão nos países industrializados, onde a formação de redes de densa tessitura<sup>15</sup> poderiam explicar a permanência de formas dialetais ainda estigmatizadas como as advindas deste *continuum* rural.

Pela observação de como os falantes utilizam a língua nos diversos contextos das relações sociais, podemos assegurar que, no quadro geral da população de Vitória da Conquista, convém considerar a convivência de indivíduos advindos do meio rural que se integraram à comunidade conquistense, assimilando não apenas os valores citadinos culturais, mas principalmente os padrões linguísticos da comunidade urbana. No entanto, não podemos olvidar que algumas situações “linguageiras” possam sofrer influência de valores atávicos, arraigados a padrões rurais. Tal conjectura foi responsável pela escolha dos informantes, considerando as histórias de constituição dos bairros de Vitória da Conquista.

### **3. A concordância verbal na terceira pessoa do plural (P6) no português popular de Vitória da Conquista (BA)**

Análise estatística deste fenômeno linguístico considerou o *corpus* de fala constituído por 24 informantes (*Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista – PPVC), no qual encontramos um total de 1055 ocorrências de concordância verbal em P6.

Utilizando o programa de quantificação estatística *GoldVarb* 3.0b3 (doravante *GoldVarb*) foram analisadas células e grupos de fatores com objetivo de identificar quais grupos de fatores estariam motivando de forma mais significativa a aplicação da concordância verbal na terceira pessoa do plural ou P6.

Para a primeira rodada do *GoldVarb*, foram selecionados os falantes do *corpus* PPUVC – Português Popular de Vitória da Conquista (BA), indivíduos que nasceram ou passaram a maior parte da vida em Vitória, residentes em bairros periféricos da cidade, todos informantes são adultos com idade entre 25 a 83 anos, e foram agrupados segundo os critérios sociais:

---

<sup>15</sup>Milroy (1980) entende como redes de densa tessitura as relações entre grupos onde o grau de densidade e multiplexidade atenuam-se em laços de integração do indivíduo com grupos de vizinhança. Milroy exemplifica tais redes de densa tessitura em gangues do Harlem e nos grupos de vizinhança em Belfast, grupos que isolam seus membros da pressão normativa da cultura dominante.

**I - Sexo:**

- a) Homens - 12 Informantes
- b) Mulheres - 12 Informantes

**II - Idade:**

- a) Faixa I – 25 aos 35 anos - 08 Informantes
- b) Faixa II – 45 aos 55 anos - 08 Informantes
- c) Faixa III – à partir de 65 anos - 08 Informantes

**III - Escolaridade:**

- a) Nível 01 – Analfabeto - 12 Informantes
- b) Nível 02 – Com formação precária - 12 Informantes

**III – Rede de relações:**

- a) Alta rede de Relação - 12 Informantes
- b) Baixa rede de Relação - 12 Informantes

Seguindo a orientação teórica, esta análise do *corpus* buscou medir a relevância dos grupos de variáveis sociais e linguístico-estruturais, a fim de apontarmos os fatores que se revelaram mais significativos na aplicação da regra geral de concordância, isto é, a “solidariedade entre o sujeito e o núcleo do predicado” explicitada pelas marcas de flexão de plural em P6.

No quadro geral, o resultado quanto à observação da concordância verbal em P6, revelou pelo baixo índice de aplicação da regra (ver tabela abaixo), demonstrando mais uma vez que o fenômeno analisado constitui uma realidade inegável no português popular de Vitória da Conquista, apontando questões que urgem ser consideradas.

Concordância verbal em P6	Número de Ocorrências	Percentual
(+) Aplicação da regra	181/1055	17,2%
(-) Não aplicação da regra	874/1055	82,8%

**Tabela 2 - Aplicação da regra de concordância verbal em P6.**

#### 4. Rede de relações sociais

O controle desta variável procurou regular o quanto as redes de relações sociais influenciaram informantes utentes do português popular pela exposição à norma de prestígio e, conseqüentemente, na aplicação da regra de concordância verbal em P6. Acreditando que os indivíduos, no desempenho dos papéis sociais, podem sofrer influência direta ou indireta das redes de relações, classificamos os informantes em dois grupos de acordo com o grau de interação com indivíduos de outros níveis de formação:

- a) Rede local – donas de casa, aposentados, domésticas;
- b) Rede dispersa – garçons, cabeleireiros, vendedores, entre outros.

A análise da influência desta variável extralingüística na aplicação da concordância verbal em P6 (+), apresentou o seguinte resultado:

Rede dispersa	84/442	19.0%	0.509
Rede local	97/613	15.8%	0.493

**Tabela 3 – Análise das Redes de Relações.**

Embora a variável “rede de relações sociais” não tenha sido selecionada pelo *GoldVarb*, julgamos oportuno trazer a discussão à baila, considerando a diferença do ponto de vista percentual: alta rede de relações 19% (0.509) de favorecimento à aplicação da regra e baixa rede de relações 15,8% (0.493) de aplicação da regra geral de concordância.

Não obstante tais dados revelados pelo Programa, julgamos pertinente fazer o cruzamento da variável “Redes de relações” e “Faixa Etária”. Os resultados do ponto de vista percentual demonstram uma tendência à aplicação da regra de concordância nos casos em que os jovens se encaixam no fator “Rede dispersa”. Os mais jovens tendiam à aquisição da regra geral de concordância, apresentando índices superiores de flexão verbal na terceira pessoa do plural ou P6. O processamento dos dados forneceu subsídios para tanto, apresentando a seguinte tabela:

Faixa etária	Aplicação da regra	Frequência	Peso
Faixa I (25 aos 35 anos)	72/272	26.5%	0.618
Faixa II (45 aos 55 anos)	45/329	13.7%	0.459
Faixa III (a partir de 65 anos)	64/454	14.1%	0.457

**Tabela 4 - Faixa etária.**

Duarte e Paiva (2003, p.18) comentam que o fato de a população de meia-idade mais utilizar a norma de prestígio poderia caracterizar para

essa variante um caso típico de estabilidade. Contudo, no caso do português popular, os dados da análise confirmaram nossa hipótese de que os mais jovens estão em processo de aquisição das marcas de concordância na fala. Ao nosso juízo, não se trata de uma tendência geracional, visto que se compararmos as três faixas descritas podemos perceber um baixo percentual da diferença entre as faixas II e III. Novos valores exigem que os mais jovens estejam dispostos a se adaptarem, mesmo que precariamente, aos valores dos novos grupos.

Julgamos a apropriado, também, observar a relação da variável faixa etária com a variável “sexo”. Considerando essa variável, notamos que as mulheres tendem a fazer maior uso da regra de concordância verbal, mesmo que em proporção um pouco maior do que os homens: Mulheres 18,1% (0.508) e Homens 16,1% (0.491). Tal situação poderia ser explicada à exposição que as mulheres possuem hoje em nossa sociedade, ocupando profissões que as levem a tomar contato com outros grupos mais prestigiados e fora do “seio familiar”.

É justificável lembrar que os informantes que compõem a amostra desse *corpus* são oriundos de bairro periféricos de Vitória da Conquista (Jurema, Patagônia, Nova Cidade e Vila Serrana) os quais estão aos poucos se modernizando, aproximando-se do ideal de urbanização. Acreditamos que a ampliação do *corpus* para outras regiões da cidade de Vitória da Conquista poderá trazer mais luz à questão discutida. Ademais, os dados aqui apresentados, a nosso juízo, são indicativos de que as redes de relações são importantes vetores da mudança linguística em se tratando de Português Popular.

#### **4. Conclusão**

Não há como ignorar as motivações externas, advindas das relações que ocorrem nessas comunidades mistas, onde os falantes estão constantemente sujeitos à pressão normativa.

Por este motivo, os estudos acerca das redes de interação poderiam oferecer parâmetros para se compreender como procedem as tendências à conservação ou assimilação da língua padrão em comunidades onde a formação de redes de densa tessitura poderia explicar a permanência ou a substituição de formas dialetais ainda estigmatizadas, como as advindas de um *continuum* rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

BANFIELD, E. *A crise urbana: natureza e futuro*. 2. ed. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. *Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes/RG, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. A análise do português brasileiro em três continua: o continuum rural-urbano, o continuum de oralidade-letramento e o continuum de monitoração estilística. *Congresso Substandard e Mudança no Português do Brasil*. Berlim, outubro de 1997.

\_\_\_\_\_. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nós chegemo na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. Trad.: Stella Maris B., Maria do Rosário Rocha Caxangá. São Paulo: Parábola, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad.: Sérgio Miceli e colaboradores. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. 1. ed. São Paulo: Labor, 2007.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Eugênio. *Ensaio de geographia linguistica*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

FOSTER, George. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Trad.: João Távora. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1997, 1998, 1999*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sínteses de indicadores sociais, 1998 e 1999*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IPEA/PNUD. *Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil – 1996*. Rio de Janeiro/Brasília, [s.n.], 1996.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LOPES, J. R. B. O mundo rural em crise. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrosociológico do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português no Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MILROY, L. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford/New York: B. Blackwell, 2002.

OLIVEN, Ruben. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Jorge Augusto A. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. 2005. Tese (de Doutorado). UFBA, Salvador.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

SOUZA, G. A. A. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In:

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_; FARIA, V. (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

VEIGA, José Ali. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2000.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Andréia Café, Gustavo Gama, Odilon Mesquita Filho e Ricardo Ramos. Salvador: UFBA, 1998.